

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**A INFLUÊNCIA DAS EMOÇÕES DE NOJO E TRISTEZA NOS JUÍZOS DE
TRANSGRESSÃO MORAL**

Bruno Miguel de Matos Pedro

Outubro de 2017

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor *Fernando Ferreira-Santos* (FPCEUP)

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo de texto e identificadas na secção de referencias. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, para a minha princesa, que esteve sempre a meu lado durante todos os momentos difíceis ao longo destes cinco anos de luta e sacrifício.

Depois para a Gena, da qual basta uma simples memória para mudar tudo.

Para os meus pais, verdadeiros e emprestados, irmãos, sobrinhos e avós pelo apoio constante.

Muito obrigado ao professor Ferreira-Santos, pelo profissionalismo e empenho, e a todos os outros professores que me ajudaram a crescer em termos pessoais, académicos e profissionais.

Quero também agradecer aos meus colegas de curso, pois sem eles esta caminhada teria sido muito mais difícil.

Um agradecimento especial para a Anabela, pelo apoio e exigência durante os últimos 4 anos.

Para todos os que de forma direta ou indireta permitiram a realização deste sonho, muito obrigado.

Resumo

Na investigação psicológica sobre a relação entre o juízo moral e as emoções, o nojo assume um papel central, a partir de três hipóteses: a hipótese de eliciação, que estabelece que a transgressão moral origina o nojo; a hipótese da amplificação, que defende que a experiência de nojo amplifica a severidade do juízo moral; e a hipótese de moralização, que estabelece que a experiência de nojo é suficiente para transformar uma ação neutra numa condenação moral. Neste estudo os participantes foram induzidos para sentirem nojo e tristeza, e de seguida avaliaram um conjunto de transgressões morais relativas a situações de dano, injustiça e impureza (ocorrendo em público e privado), e uma transgressão convencional. Os resultados demonstraram que os participantes quando induzidos emocionalmente avaliaram de uma forma mais positiva as transgressões convencionais, e que a transgressão no domínio da Pureza/Santidade muda consoante esta é cometida no espaço público ou privado. No nosso estudo não se encontramos evidências de ligação entre o nojo e os juízos morais: não se verificou a hipótese de amplificação, uma vez que não detetamos efeito do nojo sobre a severidade dos juízos morais, nem hipótese de moralização, pois não houve alteração da avaliação da transgressão convencional em função da condição experimental. Temos evidências que sugerem que a transgressão no domínio da Pureza/Santidade se trata de uma transgressão de Dano/Cuidado de 2.^a ordem.

Palavras-chave: juízo moral, distinção moral-convencional, domínio moral, emoções, nojo, tristeza

Abstract

In psychological research on the relationship between moral judgment and emotions, disgust plays a central role, based on three hypotheses: the hypothesis of elicitation, which establishes that moral transgression originates disgust; the amplification hypothesis, which holds that the experience of disgust amplifies the severity of moral judgment; and the hypothesis of moralization, which establishes that the experience of disgust is sufficient to transform a neutral action into a moral condemnation. In this study the participants were induced to feel disgust and sadness, and then evaluated a set of moral transgressions related to situations of harm, fairness and impurity (occurring in public and private), and a conventional transgression. The results showed that participants, when emotionally induced, evaluated more positively conventional transgressions, and that transgression in the domain of Purity/Sanctity changes according to whether it is committed in the public or private

space. In our study, we did not find evidence of the connection between disgust and moral judgments: the hypothesis of amplification was not verified, since we did not find any effect of disgust on the severity of moral judgments, neither the moralization hypothesis, since changing the experimental conditions did not change the evaluation of the conventional transgression. We have evidence to suggest that transgression in the Purity/Sanctity is a transgression of 2nd Order Harm/Care.

Keywords: moral judgment, moral-conventional distinction, moral domain, emotions, disgust, sadness

Introdução

Moralidade vs Convencionalidade

A problemática da influência das emoções no juízo moral remonta a Aristóteles (1378 a. C., cit. in Sander, 2013), que define as emoções como “coisas pelas quais as pessoas mudam e diferem nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer (p. 7). O conceito de moralidade concretiza-se nas regras que dirigem as relações entre os seres humanos. De acordo com Turiel (1983) estas regras dizem respeito a duas categorias distintas: regras morais e regras sociais ou convencionais. E embora o termo utilizado para nomear estes dois tipos de regras seja o mesmo, “dever”, a literatura sobre a moralidade distingue os conceitos de moralidade e convenção social.

As regras morais têm o caráter de obrigatoriedade e universalidade, pois aplicam-se a todos os seres humanos, quando em circunstâncias semelhantes. São, impessoais, uma vez que não se baseiam nas preferências individuais. Os critérios para a sua definição vão para além daquilo que é convencionado, muito embora muitas vezes exista um consenso social acerca delas, não é este o critério que as justifica.

As regras convencionais são determinadas pelo sistema social vigente, dizem respeito a um conjunto de convenções estabelecidas entre os seres humanos, de acordo com as suas necessidades (e.g., a coordenação dos aspetos sociais das interações). Segundo Turiel (1983), as regras sociais/convencionais fazem parte da estrutura da organização social.

A não obediência a uma regra moral origina uma transgressão moral, enquanto a não obediência a uma regra convencional origina uma transgressão convencional. As transgressões morais geralmente envolvem uma vítima a sofrer danos, injustiças ou violações dos seus direitos. As transgressões convencionais não envolvem uma vitimização (Sousa, 2009). Se as regras convencionais podem ser alteradas por ordem de uma qualquer autoridade legítima, o mesmo não acontece com as regras morais, pois estas apresentam independência da autoridade.

Uma linha de pensamento no campo da psicologia moral (Kagan, 1984; Nichols, 2004; cit. in Royzman, Leeman, & Baron, 2009) defende que as regras morais são regras convencionais associadas a emoções fortes relativamente ao ato que a proibição condena, quando estes atos dizem respeito a dano nos outros. Assim, segundo esta teoria, as emoções teriam a capacidade de moralizar as regras convencionais (aquelas relativas ao

dano causado sobre os outros), adquirindo assim um estatuto transcendente especial (Royzman, Leeman, & Baron, 2009).

Para avaliar as diferenças individuais na distinção Moral versus Condicional foi desenvolvida a Tarefa Moral Convencional (versão portuguesa de Pipa, Sousa, Ferreira-Santos, & Mauro, 2013). A MCT começa pela descrição de um cenário, no qual é praticado um ato, e os participantes devem avaliar esse ato como transgressivo ou não. Caso o participante responda que a ação é transgressiva, deverá também indicar se o ato continuaria a ser errado se uma autoridade legítima o permitisse ou se o mesmo ato acontecesse num outro contexto. Quando o ato é considerado errado pela maioria dos participantes, independentemente do exercício de uma autoridade ou das suas condições gerais, a sua transgressão evoca o que Turiel (1983, cit. in Pipa et al., 2013) designa por “assinatura moral”.

Domínio Moral

As primeiras teorias sobre a moralidade na psicologia devem-se a Kohlberg (1969, cit. in Graham et al., 2011), que define o campo da moralidade como um conjunto de preceitos relativos à justiça (1969, cit. in Haidt, 2008). Na mesma linha de pensamento, mais recentemente, Turiel define o domínio moral como “juízos prescritivos de justiça, direitos de propriedade relativamente a como as pessoas se devem relacionar umas com as outras” (p. 70, cit. in Graham et al., 2011). Para Graham e colaboradores (2011) a definição de domínio moral de Turiel ao enfatizar as dimensões de justiça e direitos de propriedade, encaixa nas ideias liberais da cultura ocidental, mas exclui os conceitos de moralidade da grande maioria da humanidade que não encaixa nesta categoria. Além dos conceitos de justiça e direitos de propriedade, Graham e colaboradores (2011) observaram que os povos não ocidentais, e mesmo algumas das camadas mais conservadoras das sociedades ocidentais, também têm preocupações morais com questões relativas ao respeito à autoridade, à lealdade para com os outros membros do seu grupo e à pureza espiritual e degradação corporal. Nesta linha de pensamento, Haidt e Kesebir (2010, cit. in Graham et al., 2011) propõem uma nova definição de sistema moral: “sistemas morais são conjuntos de valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições, tecnologias e mecanismos psicológicos que interligados trabalham para suprimir ou regular o egoísmo e tornar a vida social possível” (p. 368). Esta definição funcionalista de moralidade concretiza-se na Teoria das Fundações Morais que acrescenta ao dano e à justiça, os

domínios morais do respeito pela autoridade, da lealdade intragrupal e da pureza (Haidt, 2007).

Juízos Morais e Emoções

Segundo Kohlberg (1971, cit. in Haidt, 2008) os juízos morais resultam da deliberação racional do indivíduo. No entanto são cada vez mais os estudos em campos tão distintos como a filosofia, a psicologia e neurociências que enfatizam o papel das emoções na moralidade (Garcia & Ostrosky-Solís, 2006). As emoções são o ponto de partida para o conceito de intuições morais, um conjunto de processos automáticos, rápidos e carregados de afetos, que fazem surgir na consciência uma sensação de “bom-mau”, “gosto-não gosto”, sem que esta tenha sido alvo de qualquer avaliação de evidências ou de raciocínio (Haidt, 2007).

O modelo Social-Intuicionista de Haidt (2007, 2008) defende que as intuições morais ocorrem primeiro e são a causa dos juízos morais, e que o raciocínio moral representa processo post hoc de procura de justificações para as intuições morais. Haidt aponta um conjunto de evidências que apoiam a ideia de que as intuições morais são anteriores ao raciocínio moral: i) as pessoas têm reações imediatas a cenários ou histórias de violações morais; ii) as reações afetivas são, geralmente, bons preditores de juízos e comportamentos morais; iii) através da manipulação das emoções é possível alterar os juízos morais; iv) as pessoas têm intuições acerca do certo e errado sem as conseguirem justificar (Haidt, 2007).

Vários estudos procuraram explorar a relação das emoções com os juízos morais, nomeadamente a relação entre o nojo e o juízo moral (Avramova & Inbar, 2013; Horberg, Oveis, Keltner, & Cohen, 2009; Landy & Goodwin, 2016; Schnall, Benton, & Harvey, 2008; Wheatley & Haidt, 2005). Num destes estudos Wheatley e Haidt (2005) sugestionaram, através da hipnose, indivíduos a sentirem nojo perante um conjunto de palavras específicas, e observaram que quando essas palavras estavam inseridas num texto com transgressões morais, os sujeitos faziam uma avaliação mais condenatória que o grupo de controlo.

A emoção do nojo pode ser definida como uma resposta de rejeição ou retirada, que protege, mas também a mente, de um extenso conjunto de objetos e situações elicitadoras (Rozin, Haidt, & McCauley, 2008). Além dos elicitadores claramente ligados aos alimentos (e.g., cheiro ou sabor), também podem estar na origem do nojo situações que envolvem animais (embora apenas alguns, normalmente não comestíveis), produtos

corporais próprios ou de outros (e.g., fezes, vomitado, urina ou sangue), pessoas consideradas indesejáveis, cadáveres, e ainda algumas ofensas morais. O nojo manifesta-se corporalmente através da procura de distanciamento físico e psicológico relativamente ao objeto ou situação que o elicitou. Em termos expressivos observa-se na expressão facial, nomeadamente no engelhar do nariz, na retração do lábio superior e na estupefação (Rozin, Haidt, & McCauley, 2008). E em termos fisiológicos através da náusea. A investigação sugere que o nojo está associado à ativação do sistema nervoso parassimpático, nomeadamente à lentificação do batimento cardíaco (Levenson, Ekman, & Friesen, 1990; Levenson, 1992; cit. in Rozin, Haidt, & McCauley, 2008).

A teoria evolucionista defende que o nojo surgiu como rejeição de sabores desagradáveis ou contaminados. No entanto o perigo de contaminação e a emoção do nojo desenvolveram-se para além da rejeição de alimentos, particularmente no que diz respeito à relação com o corpo. Existem vários argumentos que apoiam a ideia de que o nojo está ligada à rejeição de alimentos, desde a expressão facial, associada à rejeição de odores e alimentos, à inibição da ingestão, causada pela náusea, ou o facto de que em estudos de neuroimagem, a ínsula, que funciona como córtice gustativo nos primatas, ser a principal área cerebral em funcionamento no nojo (Royzman & Sabini, 2001; Rozin, Haidt, & McCauley, 2008). Não obstante, o nojo também está associado a outras possíveis fontes de infeção corporal (e.g., o comportamento sexual ou o contacto físico com pessoas infetadas) e mesmo a outros processos simbólicos (e.g., ameaça da proximidade da morte ou de injúrias morais). Assim, ao que parece, o nojo é um mecanismo que evoluiu da evitação do mal para o corpo para o mal para a alma (Rozin, Haidt, & McCauley, 2008). De tal forma que Royzman e Sabini (2001) defendem que os elicitadores do nojo não decorrem das propriedades físicas dos objetos ou situações, mas sim dos seus aspetos simbólicos.

A literatura distingue 3 hipóteses na relação do nojo com o juízo moral. A hipótese da elicitação (Landy & Goodwin, 2015) estabelece que quando alguém considera uma situação como moralmente transgressora, esta causa nojo. A investigação neste campo aponta para a existência de violações morais que levam a que os indivíduos sintam nojo, mas que este efeito apenas se verifica em transgressões morais no domínio da pureza, isto é, em atividades que envolvam degradação do corpo ou da mente (Horberg, Oveis, Keltner, & Cohen, 2009). Outros estudos (Jones & Fitness, 2008; cit. in Landy & Goodwin, 2015) apontaram para o facto das violações morais parecerem ativar a emoção de nojo de forma implícita. Investigações de neuroimagem demonstraram que a transgressão moral levava à ativação da ínsula anterior, uma área cerebral associada ao nojo (Lewis et al., 2008). No

entanto existem estudos (Pipa et al., 2013; Royzman, Leeman, & Baron, 2009) que consideram que não é o nojo per se que tem o efeito moralizador, mas sim o facto de se tratar de uma transgressão do domínio do Dano/Cuidado de 2.^a ordem (ao causar Dano naqueles que experienciam/observam a transgressão).

A segunda hipótese, designada de amplificação, defende a existência de uma relação de causalidade entre o nojo e o juízo moral. Segundo os preponentes desta hipótese, é a experiência de nojo que faz com que as avaliações da moralidade sejam mais negativas do que seriam de contrário (Avramova & Inbar, 2013; Landy & Goodwin, 2015). Num estudo analítico sobre o efeito do nojo no juízo moral Landy e Goodwin (2015) avaliaram a literatura sobre o assunto e concluíram que existe um efeito do nojo sobre o juízo moral, embora reconhecessem a existência um viés de publicação na literatura.

A terceira hipótese, designada por hipótese de moralização, defende que a experiência do nojo é suficiente para levar à condenação moral de uma ação que de outra forma seria considerada neutra (Landy & Goodwin, 2015). Na sua meta-análise sobre o efeito do nojo nos juízos morais, Landy e Goodwin (2015), relataram a existência de um efeito do nojo em juízos acerca de ações consideradas neutras, embora advertissem que esta conclusão se baseia num pequeno número de estudos realizados.

Para avaliar a relação entre o nojo e os juízos morais surge a necessidade de avaliar a relação entre outra emoção e este tipo de juízos de modo a controlar efeitos gerais de ativação emocional ou valência negativa. Por razões metodológicas associadas à ativação e valência emocionais, escolhemos a tristeza.

A tristeza está associada à avaliação de uma perda. É considerada uma emoção básica, que normalmente dura alguns segundos, mas que em determinadas situações pode durar horas ou dias. Experiencialmente é vivida com redução do batimento cardíaco, falta de coragem e isolamento. Em termos fisiológicos é marcada por uma baixa ativação fisiológica, o que permite um estágio cognitivo de reflexão (Strongman, 2003), que se segue à perda de um objeto ou pessoa importante para o self (Bonanno, Goorin, & Coifman; 2008). Neste sentido, a tristeza tem, tal como outras emoções, uma função eminentemente adaptativa.

Dados experimentais demonstraram que o baixo nível de ativação corporal associado à tristeza facilita a resolução de problemas, pois permite a implementação de um conjunto de estratégias analíticas que necessitam de mais tempo (Bonanno, Goorin, & Coifman; 2008). Geralmente a tristeza está, também, associada a uma baixa susceptibilidade ao viés sugestional (Bonanno, Goorin, & Coifman; 2008). A expressão

não verbal da tristeza parece ter uma grande importância no funcionamento interpessoal do indivíduo, uma vez que evoca simpatia e apoio da parte dos outros (Izard, 1993, 1997; Kaltner & Kring, 1998; Lazarurus, 1991; Stearns, 1993; cit. in Bonanno, Goorin, & Coifman; 2008). Segundo Strongman (2003), a importância social da tristeza é atestada pelo facto desta não ser considerada uma emoção negativa em algumas sociedades.

Investigação

O primeiro objetivo deste estudo é analisar a hipótese de amplificação. Ou seja, pretendemos perceber se a indução emocional de um conjunto de participantes nas emoções de Tristeza e Nojo têm o efeito de amplificar a severidade dos juízos morais, quando comparados com um grupo de controlo. E se o fazem apenas no domínio da Pureza/Santidade ou o mesmo acontece fora deste domínio.

A segunda questão que pretendemos analisar é a hipótese de moralização, vamos tentar perceber se os participantes induzidos num estado emocional (Tristeza, Nojo) avaliam transgressões no domínio da convencionalidade da mesma forma que avaliam as transgressões morais e, naturalmente, se existem diferenças com o grupo de controlo que não teve qualquer indução emocional.

Como 3.^a questão de investigação debruçar-nos-emos sobre se a Pureza/Santidade é, ou não um domínio autónomo de moralidade. Para isso vamos comparar as avaliações dos participantes nos domínios Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade com as avaliações dos domínios Pureza/Santidade na esfera pública e Pureza/Santidade na esfera privada, e também com o domínio Convencional, e tentar perceber quais os pontos de contacto e de afastamento de cada domínio.

1. Método

1.1 Participantes

A amostra foi recolhida entre estudantes universitários e formandos de um Centro de Formação Profissional. O número total de respondentes ao questionário foi de 192 participantes, dos quais 16 não terminaram o questionário e 16 escolheram não submeter os dados para participação no estudo. Foram ainda excluídos 13 participantes que reconheceram antecipadamente o propósito do estudo e que consideraram que este conhecimento teve influência sobre as respostas dadas. O que resultou num total de $N =$

147. Destes 130 participantes definem seu género como feminino. A idade dos participantes varia entre os 18 e os 55 anos ($M = 25.5$, $DP = 8.23$).

A distribuição dos participantes pelas três condições experimentais, tristeza ($N = 47$), nojo ($N = 52$) e neutro ($N = 48$) foi aleatória. Uma vez que a recolha de dados decorreu em grupo, o primeiro grupo realizou os questionários da primeira condição experimental (tristeza), o segundo grupo da segunda condição experimental (nojo) e o terceiro grupo a terceira condição experimental (controlo), o quarto grupo voltou à primeira condição e daí em diante. A única exceção ocorreu quando havia desequilíbrio no número de elementos dos grupos, aí era seleccionada a condição dos grupos mais pequenos para equilibrar o numero de participantes com as condições maiores.

1.2 Materiais

Foram usados dois questionários online, o primeiro do site [google.com/forms](https://www.google.com/forms), e o segundo do site limesurvey.fpce.up.pt.

O primeiro questionário diz respeito a um conjunto de imagens do International Affective Picture System (IAPS; Lang, Bradley, & Cuthber, 2008) às quais estão associadas as emoções de Tristeza e Nojo, e outro sem qualquer elicitor emocional. Após observação de cada uma das imagens foi solicitado aos participantes que respondessem a uma questão que os imergia na emoção correspondente (Anexo A) a cada uma das condições experimentais (A-Tristeza, B-Nojo e C-Neutro)

O segundo questionário é composto por cinco cenários hipotéticos (Tabela 1) a partir da Moral Conventional Task Extended (MCT-X) (Pipa et al., 2013). Cada cenário representa um domínio de moralidade de acordo com a taxonomia de Haidt (2007).

Tabela 1

Correspondência Cenário – Domínio Moral

| Cenário | Cenário 1 | Cenário 2 | Cenário3 | Cenário 4 | Cenário5 |
|-----------------------------|---------------|------------------------|-----------------------------|-----------------------------|---------------|
| Domínio Moral (Haidt, 2007) | Dano/Cuidado* | Justiça/Reciprocidade* | Pureza/Santidade (Público)* | Pureza/Santidade (Privado)* | Convencional* |

* Para análise dos cenários ver Anexo B

Após a leitura de cada cenário cada participante deve realizar uma avaliação, nomeadamente se considera a ação descrita certa ou errada, como avalia a ação descrita (escala de 5 pontos, de 1-Muito Mau a 5-Muito Bom), se a ação descrita é ou não

independente da autoridade e do contexto, qual a valência (escala de 5 pontos, 1-Muito Desagradável a 5-Muito Agradável) e a ativação (1-Muito Baixa a 5-Muito Alta) da emoção desencadeada pelo cenários. Realizaram-se ainda outras questões de controlo.

Para avaliar a sensibilidade ao nojo foi utilizada a Escala de Sensibilidade ao Nojo-Revista (DS-R-pt) (Ferreira Santos, Martins, Sousa, & Mauro, 2011). Foi utilizada também a State-Trait Inventory for Cognitive and Somatic Anxiety (STICSA) (Ree, French, MacLeod & Locke, 2008; versão portuguesa Ferreira-Santos, Melo e Castro, Rebelo, & Martins) para avaliar a ansiedade. A existência de perturbação psicopatológica foi aferida através do Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) (Derogatis, 1993; versão portuguesa Canavarro, 1999).

1.3 Procedimento

Foi explicado aos participantes que iriam participar em dois estudos diferentes, um primeiro acerca do processamento de informação emocional e outro sobre a tomada de decisão. A necessidade do engano experimental prende-se com o fato da influência emocional perder eficácia quando é conhecida (Han, Lerner, & Keltner, 2007). Salvaguardou-se a voluntariedade e anonimato dos participantes. O primeiro questionário (indução emocional) foi apresentado aos participantes e foi pedido que respondessem às questões associadas a cada uma das imagens de forma sincera. Terminado o primeiro estudo, foi apresentado o segundo questionário, mais uma vez foi solicitada a sinceridade nas respostas. No final do segundo questionário foi explicado o verdadeiro propósito do estudo e colocada a hipótese de não participação. Além disso foi ainda realizado um esclarecimento verbal, com a explicação acerca do verdadeiro propósito do estudo.

A sincronização entre as respostas ao primeiro e segundo questionários foi feita através da primeira letra do nome de cada um dos participantes, informação solicitada em cada um dos questionários.

2. Resultados

Na realização da análise estatística foi utilizado o SPSS Statistics 24 (IBM, Chicago, IL). Todos os procedimentos estatísticos realizados encontram-se descritos no corpo do texto.

2.1 Wrongness

A primeira questão indagou se os sujeitos consideravam errado (Wrongness) os vários cenários descritos. Os resultados demonstraram que os participantes consideraram errado as transgressões ocorridas nos cenários Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade e Pureza/Santidade (Público). A transgressão no cenário Convencional não foi avaliada como errada. Quanto à transgressão no cenário Pureza/Santidade (Privado), existiu uma divisão na resposta dos participantes (ver Tabela 2).

Tabela 2

Percentagens de respostas positivas para as variáveis Wrongness, Independência da Autoridade e Independência do Contexto

| | Dano/ Cuidado | | Justiça/ Reciprocidade | | Pureza/ Santidade (Público) | | Pureza/ Santidade (Privado) | | Convencional | |
|--------------------------------|------------------|-----|---------------------------|-----|-----------------------------------|-----|-----------------------------------|-----|--------------|-----|
| | <i>N</i> | % | <i>N</i> | % | <i>N</i> | % | <i>N</i> | % | <i>N</i> | % |
| Wrongness | 147 | 94% | 147 | 91% | 147 | 87% | 147 | 39% | 147 | 20% |
| Independência de autoridade | 138 | 99% | 133 | 77% | 128 | 97% | 57 | 93% | 30 | 53% |
| Independência de contexto | 138 | 96% | 134 | 81% | 128 | 85% | 57 | 75% | 30 | 47% |

O Teste de McNemar para analisar as diferenças entre proporções emparelhadas colocou em evidência que não existiam diferenças nas percentagens de avaliações de Wrongness entre os cenários Dano/Cuidado, Justiça/ Reciprocidade e Pureza/Santidade (Público). As diferenças ocorreram entre estas e as percentagens nos cenários Pureza/Santidade (Privado) e Convencional, assim como nas percentagens entre estes dois últimos (ver Tabela 2).

Tabela 3

*Teste de McNemar para comparações entre os vários cenários – Wrongness (*N* = 147)*

| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) | Convencional |
|-------------------------------|------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Dano/Cuidado | ---- | | | | |
| Justiça/Reciprocidade | N.S. | ---- | | | |
| Pureza/Santidade (Público) | N.S. | N.S. | ---- | | |
| Pureza/Santidade (Privado) | $p < .001$ | $p < .001$ | $p < .001$ | ---- | |
| Convencional | $p < .001$ | $p < .001$ | $p < .001$ | $p = .001$ | ---- |

Através do Teste de Qui-quadrado, verificou-se que não existia efeito da condição experimental na avaliação de *Wrongness* em cada um dos cenários: Dano/Cuidado ($\chi^2(2, N = 147) = 0.797, p = .671$), Justiça/Reciprocidade ($\chi^2(2, N = 147) = 4.415, p = .110$), Pureza/Santidade (Público) ($\chi^2(2, N = 147) = 1.374, p = .503$), Pureza/Santidade (Privado) ($\chi^2(2, N = 147) = 2.425, p = .297$) e Convencional ($\chi^2(2, N = 147) = 0.999, p = .607$).

2.2 Badness

Relativamente à segunda questão, de quão errado (Badness) foi considerada a ação descrita em cada um dos cenários, a transgressão no cenário Dano/Cuidado foi a avaliada mais negativamente, e a transgressão do cenário Convencional a avaliada menos negativamente (ver Tabela 4). Os valores mais próximos de 1 refletem uma maior Badness.

Tabela 4

Média (e Desvio-Padrão) para as variáveis Badness, Valência e Ativação

| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) | Convencional |
|----------------|------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| <i>Badness</i> | 1.24 (0.505) | 1.73 (0.708) | 1.42 (0.672) | 2.73 (0.901) | 2.89 (0.760) |
| Valência | 1.93 (0.728) | 2.51 (0.666) | 1.77 (0.853) | 2.71 (0.696) | 2.98 (0.489) |
| Ativação | 3.22 (1.037) | 2.65 (1.004) | 3.56 (1.171) | 2.55 (1.015) | 2.38 (0.955) |

A análise de variância de Friedman resultou na constatação de existência de diferenças na avaliação de Badness entre os vários cenários de transgressão, $\chi^2(4) = 262.318, p < .001$. Posteriormente realizamos uma análise Post hoc com teste de Wilcoxon com correção Bonferroni, onde se verificou que os participantes avaliaram de forma semelhante a transgressão de nos cenários Dano/Cuidado e Pureza/Santidade (Público) (maior Badness), que por sua vez avaliaram de forma diferente de todos os outros. A avaliação de Badness na transgressão do cenário Justiça/Reciprocidade foi diferente de todas as outras. As avaliações de *Badness* da transgressão no cenário Pureza/Santidade (Privado) e Convencional eram semelhantes entre si, mas distintas das outras (e representam uma menor *Badness*). Para análise das comparações entre os vários cenários ver Tabela 5.

Tabela 5

Análise Post Hoc com Teste Wilcoxon com correção Bonferroni – Badness

| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) | Convencional |
|-------------------------------|---------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Dano/Cuidado | ---- | | | | |
| Justiça/ Reciprocidade | 0.731 $p = .001$ | ---- | | | |
| Pureza/Santidade (Público) | N.S. | N.S. | ---- | | |
| Pureza/Santidade (Privado) | 2.190 $p < .001$ | 1.459 $p < .001$ | 1.874 $p < .001$ | ---- | |
| Convencional | 2.442 $p < .001$ | 1.711 $p < .001$ | 2.126 $p < .001$ | N.S. | ---- |

Assim, as transgressões nos cenários Dano/Cuidado e Pureza/Santidade (Público) foram (de forma semelhante) as mais negativas, a um nível intermédio estava a avaliação de Badness da transgressão de Justiça/Reciprocidade, e aquelas que foram avaliadas menos negativamente foram as transgressões de Pureza/Santidade (Privado) e Convencional, sendo que a avaliação destas duas não apresentou diferenças estatisticamente significativas.

A análise do efeito da condição experimental sobre avaliação de Badness de cada um dos cenários através do Teste de Kruskal-Wallis (violação do pressuposto de normalidade registado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov), demonstrou não haver efeito significativo da condição experimental na avaliação de Badness dos cenários: Dano/Cuidado ($H(2) = 1.406, p = .495$), Justiça/Reciprocidade ($H(2) = 0.125, p = .939$), Pureza/Santidade (Público) ($H(2) = 0.478, p = .787$), e Pureza/Santidade (Privado) ($H(2) = 0.655, p = .721$). Os resultados demonstraram um efeito significativo da condição experimental sobre o cenário Convencional ($H(2) = 8.533, p = .014$). A análise post hoc das comparações, através do Teste Mann-Whitney demonstrou existirem diferenças entre as condições experimentais de Tristeza ($M = 3.09, DP = 0.620$) e Nojo ($M = 2.96, DP = 0.839$) relativamente à condição Neutra ($M = 2.63, DP = 0.733$). Assim, os participantes induzidos em Nojo ($p = .025$) e Tristeza ($p = .003$) avaliaram o cenário Convencional de forma mais positiva, do que os participantes que não foram induzidos em qualquer estado emocional. Não se verificaram diferenças entre a avaliação dos participantes na condição experimental de Nojo e Tristeza ($p = .685$).

2.3 Independência da Autoridade

Quando os participantes respondiam que consideravam a ação descrita nos cenários errada (Wrongness) era colocada a hipótese se a existência de uma autoridade alteraria a consideração de errado dos cenários (pergunta formulada na negativa), os participantes responderam que NÃO estariam de acordo se uma autoridade definisse o correto, nos cenários: Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade, Pureza/Santidade (Público) e Pureza/Santidade (Privado). No cenário Convencional os participantes encontram-se divididos (confirmar percentagens na Tabela 1).

O Teste de McNemar para analisar as diferenças entre proporções emparelhadas permitiu perceber que a percentagem de participantes que julgaram a transgressão do cenário Dano/Cuidado independente da autoridade, não diferia da percentagem de participantes que consideraram a transgressão dos cenários Pureza/Santidade (Público) e Pureza/Santidade (Privado) independentes da autoridade, mas diferia da percentagem de participantes que consideraram a transgressão dos cenários Justiça/Reciprocidade e Convencional independente de autoridade. Também observámos que a percentagem de participantes que consideraram a transgressão do cenário Dano/Cuidado independente da autoridade não diferia da percentagem de participantes que consideraram a transgressão do cenário Convencional independente da autoridade, embora esta fosse significativamente diferente das outras relativamente a esta questão. A percentagem dos participantes que consideraram a transgressão dos cenários Pureza/Santidade (Privado) e Convencional eram diferentes entre si (confirmar Tabela 6).

Tabela 6

Teste de McNemar para comparações de proporções entre os vários cenários – Independência da Autoridade.

| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) | Convencional |
|-------------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Dano/Cuidado | ---- | | | | |
| Justiça/Reciprocidade | $N = 125$ $p < .001$ | ---- | | | |
| Pureza/Santidade (Público) | N.S. | $N = 115$ $p < .001$ | ---- | | |
| Pureza/Santidade (Privado) | N.S. | $N = 50$ $p = .022$ | $N = 27$ $p = .006$ | ---- | |
| Convencional | $N = 28$ $p = .002$ | N.S. | * | * | ---- |

*células com 0 casos - não permite fazer o cálculo.

O teste de Qui-quadrado demonstrou não existirem diferenças entre as 3 condições experimentais em cada um dos cenários (Dano/Cuidado $\chi^2(2, N = 138) = 2.015, p = .365$; Justiça/Reciprocidade $\chi^2(2, N = 133) = 0.030, p = .985$; Pureza/Santidade (Público) $\chi^2(2, N = 128) = 3.571, p = .168$; Pureza/Santidade (Privado) $\chi^2(2, N = 57) = 3.291, p = .193$; e Convencional $\chi^2(2, N = 30) = 4.888, p = .087$).

2.4 Independência de Contexto

Perante outra hipótese, mas da mudança de contexto dos cenários, os mesmos participantes responderam que SIM, as transgressões continuariam a ser erradas mesmo num outro contexto, nos cenários Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade, Pureza/Santidade (Público) e Pureza/Santidade (Privado). No cenário Convencional os participantes mostraram-se divididos (confirmar percentagens na Tabela 1). O Teste de McNemar para analisar as diferenças entre proporções emparelhadas, permitiu perceber que a percentagem de participantes que consideraram a transgressão no cenário Dano/Cuidado independente de contexto, era diferente das percentagens de participantes que consideraram a transgressão em todos os outros cenários também independente de contexto. A percentagem de participantes que consideraram a transgressão no cenário Justiça/Reciprocidade independente de contexto, não teve diferenças significativas da percentagem de participantes que consideraram a transgressão dos cenários Pureza/Santidade (Público) e Pureza/Santidade (Privado) independentes de contexto, embora se distinguíssem da percentagem de participantes que consideraram a transgressão independente de contexto no cenário Convencional. Por sua vez a percentagem de participantes que consideraram a transgressão no cenário Pureza/Santidade (Público) independente de contexto era distinta da percentagem de participantes que consideraram a transgressão no cenário Convencional independente de contexto. Por último, a percentagem de participantes que consideraram a transgressão do cenário Pureza/Santidade (Privado) independente de contexto, não apresentava diferenças significativas da percentagem de participantes que consideravam a transgressão do cenário Convencional independente de contexto (confirmar Tabela 7).

Tabela 7

Teste de McNemar para comparações de proporções entre os vários cenários – Independência do contexto

| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) | Convencional |
|-------------------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Dano/Cuidado | ---- | | | | |
| Justiça/Reciprocidade | $N = 126$ $p < .001$ | ---- | | | |
| Pureza/Santidade (Público) | $N = 119$ $p = .001$ | N.S. | ---- | | |
| Pureza/Santidade (Privado) | * | N.S. | N.S. | ---- | |
| Convencional | $N = 28$ $p < .001$ | $N = 27$ $p = .001$ | $N = 26$ $p = .004$ | N.S. | ---- |

*células com 0 casos - não permite fazer o cálculo.

O teste de Qui-quadrado demonstrou não existirem diferenças entre as condições experimentais, nas considerações sobre a independência de contexto, nos cenários: Dano/Cuidado ($\chi^2(2, N = 138) = 2.013, p = .366$), Justiça/Reciprocidade ($\chi^2(2, N = 134) = 1.344, p = .511$), Pureza/Santidade (Privado) ($\chi^2(2, N = 57) = 0.078, p = .096$). e Convencional ($\chi^2(2, N = 30) = 5.123, p = .077$). Verificou-se um efeito da condição experimental sobre a consideração de independência de contexto no cenário Pureza/Santidade (Público) ($\chi^2(2, N = 128) = 6.275, p = .043$). Os participantes induzidos na condição de Nojo responderam mais que SIM (resíduos padronizados = .7), as transgressões descritas continuariam a ser erradas num outro contexto, quando comparados com os participantes induzidos na condição de Tristeza (resíduos padronizados = -.6).

2.5 Valência

O cenário de transgressão Pureza/Santidade (Público) foi o que provocou uma emoção com valência mais negativa (desagradável), enquanto transgressão no cenário Convencional foi a que provocou uma emoção com valência menos negativa (desagradável) (confirmar médias e desvio-padrão na Tabela 3). A análise de variância de Friedman revelou diferenças na avaliação da valência entre os vários cenários de transgressão ($\chi^2(4) = 269.018, p < .001$). Posteriormente realizámos uma análise post hoc com teste de Wilcoxon, com correção Bonferroni, e, como podemos observar na Tabela 8, a valência atribuída ao cenário Dano/Cuidado não diferia da valência atribuída ao cenário Pureza/Santidade (Público), que eram distintas de todas as outras. A valência atribuída ao

cenário Justiça/Reciprocidade não diferia da atribuída ao cenário Pureza/Santidade (Privado), e diferia da valência atribuída ao cenário Convencional. A valência atribuída ao cenário Pureza/Santidade (Privado) não diferia, como já referimos, da valência atribuída ao cenário Justiça/Reciprocidade nem da valência atribuída ao cenário Convencional. Por sua vez a valência atribuída ao cenário Convencional diferia de todas as outras com exceção da valência atribuída ao cenário Pureza/Santidade (Privado) (Tabela 8).

Tabela 8

Análise Post Hoc com Teste Wilcoxon com correção Bonferroni – Valência

| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) | Convencional |
|-------------------------------|---------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Dano/Cuidado | ---- | | | | |
| Justiça/Reciprocidade | 1.099 $p < .001$ | ---- | | | |
| Pureza/Santidade (Público) | N.S. | 1.325 $p < .001$ | ---- | | |
| Pureza/Santidade (Privado) | 1.411 $p < .001$ | N.S. | 1.637 $p < .001$ | ---- | |
| Convencional | 1.877 $p < .001$ | 0.777 $p < .001$ | 2.103 $p < .001$ | N.S. | ---- |

A valência mais negativa foi atribuída aos cenários Dano/Cuidado e Pureza/Santidade (Público), que eram distintos de todos os outros. A valência do cenário Justiça/Reciprocidade não diferia da valência do cenário Pureza/Santidade (Privado) (embora fosse diferente da valência do cenário Convencional), e ambas eram mais positivas que as duas anteriores. Por sua vez a valência do cenário Convencional, que não apresentava diferenças com a valência do cenário Pureza/Santidade (Privado), eram as mais positivas.

Uma vez que se verificou violação da normalidade (Teste de Kolmogorov- Smirnov), optámos pelo Teste de Kruskal-Wallis que demonstrou que não existem diferenças nas 3 condições experimentais nos cenários Dano/Cuidado ($H(2) = 0.650, p = .723$), Justiça/Reciprocidade ($H(2) = 0.568, p = .753$), Pureza/Santidade (Público) ($H(2) = 0.159, p = .923$), e Pureza/Santidade (Privado) ($H(2) = 4.387, p = .112$). No cenário Convencional a análise revelou diferenças significativas entre as 3 condições experimentais ($H(2) = 9.853, p = .007$). A análise post hoc das comparações, através do Teste Mann-Whitney demonstrou existirem diferenças significativas das condições de Tristeza ($M = 3.09, DP = 0.545$) e Nojo ($M = 3.04, DP = 0.341$) relativamente à condição

Neutra ($M = 2.81$, $DP = 0.532$). Assim, os participantes induzidos em Tristeza ($p = .038$) e Nojo ($p = .041$) avaliaram a valência do cenário descrito como mais positiva (agradável), do que os participantes que não foram sujeitos a indução emocional. Não existiam diferenças entre a avaliação dos participantes induzidos em Tristeza e Nojo ($p = .869$).

2.6 Ativação

Na mesma linha foi pedido aos participantes para avaliarem a ativação causada pelos cenários. A análise de variância de Friedman resultou na constatação de existência de diferenças na avaliação da ativação entre os vários cenários de transgressão ($\chi^2(4) = 155.215$, $p < .001$). Posteriormente realizámos uma análise post hoc com Teste de Wilcoxon, com correção Bonferroni, a partir da qual pudemos constatar que a ativação foi mais elevada no cenário de Pureza/Santidade (Público) e mais baixa no cenário no cenário Convencional (confirmar médias e desvio-padrão na Tabela 3). Podemos observar na Tabela 9, que a ativação dos participantes não diferia nos cenários Dano/Cuidado e Pureza/Santidade (Público), e que diferia da de todos os outros, por outro lado, a ativação dos cenários de Justiça/Reciprocidade, Pureza/Santidade (Privado) e Convencional não diferia entre cenários, mas diferia dos restantes dois.

Tabela 9

Análise Post Hoc com Teste Wilcoxon com correção Bonferroni – Ativação

| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) | Convencional |
|-------------------------------|---------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| Dano/Cuidado | ---- | | | | |
| Justiça/Reciprocidade | 0.949 $p < .001$ | ---- | | | |
| Pureza/Santidade (Público) | N.S. | -1.373 $p < .001$ | ---- | | |
| Pureza/Santidade (Privado) | .935 $p < .001$ | N.S. | 1.360 $p < .001$ | ---- | |
| Convencional | 1.178 $p < .001$ | N.S. | 1.603 $p < .001$ | N.S. | ---- |

Os cenários de Dano/Cuidado e Pureza/Santidade (Público) provocaram um nível de ativação distinto (superior) à ativação provocada pelos cenários de Justiça/Reciprocidade, Pureza/Santidade (Privado) e Convencional.

Uma vez que se verificou uma violação da normalidade (através do Teste de Kolmogorov-Smirnov) optámos pelo Teste de Kruskal-Wallis. Não se verificaram

diferenças entre as 3 condições experimentais em cada um dos cinco cenários (Dano/Cuidado $H(2) = 2.313$, $p = .315$; Justiça/Reciprocidade $H(2) = 0.199$, $p = .905$; Pureza/Santidade (Público) $H(2) = 1.031$, $p = .597$; Pureza/Santidade (Privado) $H(2) = 5.113$, $p = .078$; e Convencional $H(2) = 1.750$, $p = .417$).

2.7 Escalas

Realizámos uma ANOVA, com uma fator inter-sujeitos com 3 níveis (Tristeza/Nojo/Neutro) e como variável independente as várias escalas utilizadas no estudo (DS-R-pt, STICSA e BSI). O teste da homogeneidade de variâncias revelou não haver violação deste pressuposto em nenhuma das escalas, com exceção da subescala STICSA Somático ($F(2,144) = 3.171$, $p = .045$), que no entanto decidimos incluir na análise. A ANOVA permitiu concluir que não houve diferenças entre os grupos experimentais nos resultados de nenhuma das escalas utilizadas no estudo. Como tal, apresentamos na Tabela 10 apresentamos os valores para a média, desvio-padrão e Alfa de Cronbach da totalidade da amostra ($N = 147$).

Tabela 10

Média, Desvio-padrão e Alfa de Cronbach para as escalas (e sub-escalas) utilizadas no estudo

| | <i>M (DP)</i> | <i>α</i> |
|--------------------------------|---------------|----------|
| DS-R-pt | 51.14 (14.64) | .82 |
| STICSA-Cognitivo | 21.74 (6.11) | .86 |
| STICSA-Somático | 20.20 (4.95) | .81 |
| STICSA Total | 41.93 (9.94) | .89 |
| BSI-Somatização | 5.14 (5.03) | .86 |
| BSI-Obsessões/ Compulsões | 7.80 (4.76) | .82 |
| BSI-Sensibilidade Interpessoal | 4.18 (3.88) | .88 |
| BSI-Depressão | 6.65 (5.45) | .88 |
| BSI-Ansiedade | 5.99 (4.67) | .85 |
| BSI-Hostilidade | 5.24 (3.99) | .81 |
| BSI-Ansiedade Fóbica | 2.32 (2.90) | .74 |
| BSI-Ideação Paranóide | 5.70 (4.18) | .80 |
| BSI-Psicoticismo | 4.31 (3.59) | .75 |

2.8 Correlações

Na análise das correlações entre a avaliação de Badness, a valência e a ativação e os vários cenários e as escalas utilizadas no estudo (ver Tabelas 11, 12 e 13), pudemos observar que os cenários identificados na literatura (Moral Conventional Task-Extended) (Pipa et al., 2013) associados a domínios de moralidade: Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade, Pureza/Santidade (Público) e Pureza/Santidade (Privado)

apresentaram correlações positivas no que diz respeito à avaliação de Badness (Tabela 11). No caso específico da valência, além destas, existia também uma correlação entre uma transgressão moral e o cenário que descrevia uma transgressão convencional (Tabela 12). Também a ativação causada pelos cenários de transgressão, apresentava correlações positivas entre os vários cenários de transgressão, quer os cenários de transgressão moral, mas também com o cenário de transgressão convencional (Tabela 13). Pudemos observar ainda a existência de uma correlação negativa entre 3 dos cenários de transgressão moral (Dano/Cuidado, Pureza/Santidade (Público) e Pureza/Santidade (Privado) e a escala de sensibilidade ao nojo (Tabelas 11, 12 e 13). Por último existiam múltiplas correlações negativas entre a avaliação de Badness (Tabela 11) e da valência (Tabela 12) com do cenário Pureza/Santidade (Privado). A ativação do cenário Pureza/Santidade (Público) tinha uma correlação, mas neste caso positiva, com as várias escalas e subescalas utilizadas (Tabela 13).

Tabela 11

Correlações de Pearson entre a variável Badness e nos vários cenários e escalas utilizadas (N = 147)

| | | Badness | | | |
|----------------------|-------------------------------|------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) |
| Badness | Justiça/Reciprocidade | .245 ** | ----- | ----- | ----- |
| | Pureza/Santidade (Público) | N.S. | .171* | ----- | ----- |
| | Pureza/Santidade (Privado) | .219** | .176 * | N.S. | ----- |
| | DS-R-pt | -.180* | N.S. | -.197* | -.294*** |
| STICSA Total | | N.S. | N.S. | -.225** | N.S. |
| SICSA-Somático | | N.S. | N.S. | -.194* | N.S. |
| STICSA-Cognição | | N.S. | N.S. | -.209* | N.S. |
| BSI-Somático | | N.S. | N.S. | -.191* | N.S. |
| BSI-Obsessões | | N.S. | N.S. | -.247** | N.S. |
| BSI-Depressão | | N.S. | N.S. | -.172* | N.S. |
| BSI-Ansiedade | | N.S. | N.S. | -.173* | N.S. |
| BSI-Ansiedade Fóbica | | N.S. | N.S. | -.196* | N.S. |
| BSI-Psicoticismo | | N.S. | N.S. | -.217** | N.S. |

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$; foram omitidas as variáveis que não apresentavam nenhuma correlação estatisticamente significativa

Tabela 12

Correlações de Pearson entre a variável valência nos vários cenários e escalas utilizadas (N = 147)

| | Valência | | | |
|--------------------------------|--------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) |
| Valência | | | | |
| Justiça/Reciprocidade | .312*** | ----- | ----- | ----- |
| Pureza/Santidade (Público) | .317*** | N.S. | ----- | ----- |
| Pureza/Santidade (Privado) | .191* ¹ | .180* ¹ | .185* ¹ | ----- |
| Convencional | N.S. | N.S. | .333*** | N.S. |
| DS-R-pt | N.S. | N.S. | -.277** | -.249** ¹ |
| STICSA Total | N.S. | N.S. | -.290*** | N.S. |
| SICSA-Somático | N.S. | N.S. | -.275** | N.S. |
| STICSA-Cognição | N.S. | N.S. | -.249** | N.S. |
| BSI-Somático | N.S. | N.S. | -.206* | N.S. |
| BSI-Obsessões | N.S. | N.S. | -.221** | N.S. |
| BSI-Depressão | N.S. | N.S. | -.226** | N.S. |
| BSI-Ansiedade | N.S. | N.S. | -.199* | N.S. |
| BSI-Psicoticismo | N.S. | N.S. | -.232** | N.S. |
| BSI-Sensibilidade Interpessoal | N.S. | N.S. | -.166* | N.S. |

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$; foram omitidas as variáveis que não apresentavam nenhuma correlação estatisticamente significativa; ¹ N = 146

Tabela 13

Correlações de Pearson entre a variável ativação nos vários cenários e escalas utilizadas (N = 147)

| | Ativação | | | | |
|--------------------------------|------------------|---------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------|
| | Dano/ Cuidado | Justiça/ Reciprocidade | Pureza/ Santidade (Público) | Pureza/ Santidade (Privado) | Convencional |
| Ativação | | | | | |
| Justiça/Reciprocidade | .586*** | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Pureza/Santidade (Público) | .384*** | .352*** | ----- | ----- | ----- |
| Pureza/Santidade (Privado) | .282** | .249** | .333*** | ----- | ----- |
| Convencional | N.S. | .166* ¹ | .173* ¹ | .453*** ¹ | ----- |
| DS-R-pt | N.S. | .166* | .183* | N.S. | N.S. |
| BSI-Somático | N.S. | N.S. | .215** | N.S. | N.S. |
| BSI-Depressão | N.S. | N.S. | .190* | N.S. | N.S. |
| BSI-Ansiedade Fóbica | N.S. | N.S. | .203* | N.S. | N.S. |
| BSI-Psicoticismo | N.S. | N.S. | .163* | N.S. | N.S. |
| BSI-Ideação Paranóide | N.S. | N.S. | .198* | N.S. | N.S. |
| BSI-Sensibilidade Interpessoal | N.S. | N.S. | N.S. | N.S. | .175* ¹ |

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$; foram omitidas as variáveis que não apresentavam nenhuma correlação estatisticamente significativa; ¹ N = 146

3. Discussão

Neste estudo os participantes foram submetidos a uma indução emocional de nojo, tristeza ou não sofreram qualquer indução emocional e avaliaram cenários de transgressão nos domínios Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade, Pureza/Santidade (Público e Privado) e Convencional. Os resultados demonstram que não se verificaram diferenças nas avaliações, quer entre as duas condições com indução emocional, quer entre estes e os participantes do grupo de controlo, dos vários cenários associados a transgressões morais (Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade, Pureza/Santidade Público e Privado). Porém, no cenário de transgressão convencional, observamos um efeito da emoção sobre a avaliação: os participantes induzidos em emoções de tristeza e nojo têm uma avaliação mais positiva da transgressão convencional quando comparados com os participantes do grupo de controlo.

Estes resultados vão de encontro aos autorrelatos afetivos dos participantes. No que diz respeito à valência, também existem diferenças entre as condições emocionais e a condição neutra no cenário convencional. Os participantes induzidos em tristeza e nojo, descrevem a sensação sentida ao lerem o cenário convencional como mais positiva, do que os participantes na condição neutra. No que diz respeito à ativação, não se verificaram diferenças entre as 3 condições experimentais.

A resposta à nossa primeira questão de investigação é negativa. Pelos dados recolhidos não nos parece que o nojo e a tristeza tenham o efeito de amplificar a severidade dos juízos morais. Esta conclusão não está em consonância com a literatura sobre a temática. Landy e Goodwin (2015) numa meta-análise dos estudos que incidem sobre o efeito do nojo nos juízos morais relatam a existência de um efeito. No entanto, os autores são também cautelosos quando destacam a existência de um viés de publicação no qual é dada uma importância maior aos estudos que relatam o efeito do nojo sobre os juízos morais. Uma vez que não se verifica efeito do nojo e da tristeza sobre os juízos morais não podemos pronunciar sobre se este efeito funciona em todos os domínios da moralidade ou apenas naqueles onde a pureza adquire uma dimensão fulcral.

A segunda questão de investigação colocava a hipótese de que os participantes induzidos em emoções avaliassem o cenário de transgressão convencional de forma semelhante à avaliação dos cenários de transgressão moral, e de forma diferente da avaliação do grupo de controlo. A análise dos dados demonstra que os participantes avaliam de forma diferente (Wrongness e Badness) as transgressões nos domínios de Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade e Pureza/Santidade (Público) das transgressões no

domínio Convencional. Quando considerado o efeito da indução emocional sobre a avaliação de Wrongness, não se verificam diferenças entre as condições emocionais e a condição experimental. Mas quando consideramos o efeito das emoções sobre a avaliação de Badness, o que observamos é um efeito em sentido contrário ao esperado. Esperávamos que as emoções de nojo e tristeza moralizassem a transgressão convencional ao aumentar a severidade dos juízos, no entanto o que encontramos é um efeito da emoção no sentido de considerarem a transgressão menos negativa. O efeito que a tristeza tem sobre a avaliação da transgressão convencional é compreensível em função da literatura sobre esta emoção. A tristeza é uma emoção descrita como conducente a uma baixa ativação fisiológica e que permite a implementação de processos cognitivos analíticos (Bonanno, Goorin & Coifman; 2008; Strongman, 2003;) o que poderá ter a influência de relativizar a gravidade da transgressão. Além disso a expressão não verbal da tristeza evoca nos outros sentimentos de simpatia e apoio (Izard, 1993, 1997; Kaltner & Kring, 1998; Lazarurus, 1991; Stearns, 1993; cit. in Bonanno, Goorin, & Coifman; 2008), colocamos a hipótese desses sentimentos serem bidirecionais e reativos, o que levaria, por exemplo os indivíduos tristes formularem juízos mais positivos relativamente a transgressões convencionais. Quanto ao nojo, a literatura define-o como uma emoção que promove a repulsa, afastamento e rejeição (Rozin, Haidt, & McCauley, 2008). Como tal não era expectável que os participantes induzidos em nojo efetuassem juízos mais positivos em situação de transgressão convencional. Uma possível explicação, já descrita na literatura (Seidel & Prinz, 2003; cit. in. Landy & Goodwin, 2015) é que o efeito do nojo nos juízos apenas se verifica no domínio da Pureza/Santidade (muito embora este efeito não se tenha verificado no nosso estudo). Outro argumento possível é que a emoção do nojo apenas tem um efeito negativo em juízos nos quais esteja presente os elicitadores que causaram a emoção. No nosso estudo, as imagens que elicitaram o nojo (fezes/urina e sangue) nada têm que ver com a transgressão convencional descrita (uso por parte de um homem de roupas femininas).

A terceira questão de investigação é sobre se o domínio Pureza/Santidade é ou não um domínio autónomo de moralidade. Os resultados do nosso estudo demonstram que as transgressões no domínio da Pureza/Santidade quando acontecem publicamente são avaliadas de forma semelhante às transgressões nos domínios do Dano/Cuidado ou da Justiça/Reciprocidade. No entanto, também pudemos observar que quando a transgressão neste mesmo domínio (Pureza/Santidade) ocorre no domínio privado, os sujeitos avaliam a transgressão de forma diferente. A distinção público–privado define avaliações diferentes.

A avaliação semelhante entre os domínios de Dano/Cuidado, Justiça/ Reciprocidade e Pureza/Santidade parece apoiar a ideia de que o domínio da Pureza/Santidade é um domínio autónomo de moralidade, tal como defende Haidt (2007) na sua disputa com Turiel (2006). No entanto as diferenças encontradas entre a avaliação dos cenários Pureza/Santidade (Público) e Pureza/Santidade (Privado) fazem sentido quando se considerarmos, tal como Royzman, Leeman e Baron (2009) que as transgressões no domínio da Pureza/Santidade são na realidade transgressões no domínio do Dano/Cuidado, mas em 2.^a ordem, isto é, elas adquirem propriedade moral pelo dano que causam nos aqueles que as observam/experienciam a transgressão e não por si mesmas. Assim, a transgressão no domínio da Pureza/Santidade em público seria errado, não pelo ato em si mesmo, mas pelo dano causado nos observadores, o que não ocorre em privado e justifica as diferenças na avaliação dos dois cenários. Quando analisamos os resultados das avaliações do domínio Pureza/Santidade mas na esfera privada percebemos que estes se aproximam mais da transgressão convencional do que da transgressão da Pureza/Santidade na esfera pública. O conceito de “assinatura moral” (Turiel, 1983, cit. in Pipa, Sousa, Ferreira-Santos, & Mauro, 2013) diz respeito a avaliação de um ato como errado, ao mesmo tempo que este é considerado como independente da autoridade e do contexto. No nosso estudo os resultados demonstraram que os participantes que avaliam os cenários como errado, consideram que este é independente da autoridade e do contexto. O que significa que as transgressões nos domínios do Dano/Cuidado, Justiça/Reciprocidade, Pureza/Santidade (Público) teriam a “assinatura moral”. Excluímos as transgressões nos domínios Pureza/Santidade (Privado) e Convencional pois a maioria dos participantes não os considera errados. Não obstante, o conceito de “assinatura moral” não acrescenta nada de novo à questão de se o domínio da Pureza/Santidade se trata de um domínio moral autónomo ou de 2.^a ordem.

Embora não fizessem parte das nossas questões de investigação existem duas temáticas que consideramos importantes referir. Em primeiro lugar a relação que encontrámos entre a transgressão moral no domínio da Justiça/ Reciprocidade, que em algumas das variáveis estudadas surgia como um domínio diferente de todos os outros (e.g., Badness), enquanto que noutras variáveis se encontrava mais próxima da transgressão no domínio da Pureza/Santidade (Privado) e mesmo da transgressão convencional (e.g., valência). A literatura define o domínio da Justiça/Reciprocidade inequivocamente como um domínio moral (Graham et al., 2011; Haidt, 2008; Turiel, 1983), no entanto no nosso estudo esse estatuto não é tão inequívoco. A justificação que

encontramos para este facto prende-se com o cenário da MCT utilizado. Trata-se de uma transgressão moral ao nível de uma alteração dos valores comerciais de uma empresa no formulário dos impostos. Uma das explicações possíveis será o facto de tal transgressão não indiciar de forma clara uma injustiça, já que a vítima da injustiça não é uma pessoa identificada imediatamente, mas sim todos os contribuintes. Assim, à semelhança dos sujeitos no dilema do trolley (tradução nossa) (Gubbins & Byrne, 2014), também nos parece que a despersonalização da vítima (os contribuintes) contribui para uma relativização da avaliação da transgressão no domínio da Justiça/Reciprocidade. Outra das explicações possíveis tem a ver com uma possível tolerância cultural que em Portugal existe perante os crimes de “colarinho branco”, transgressões morais do domínio da Justiça/Reciprocidade.

Em segundo lugar encontramos muitas correlações entre a transgressão moral no domínio da Pureza/Santidade (Público) e as várias escalas de avaliação utilizadas, nomeadamente a DS-R-pt, a STICSA e o BSI. A correlação entre o domínio da Pureza/Santidade e a sensibilidade ao nojo está documentada na literatura (Chapman & Anderson, 2014), colocamos a hipótese desta ligação se dever ao nojo enquanto emoção e não ao domínio da Pureza/Santidade propriamente dito. Não encontramos referência à ligação entre a ansiedade e os sintomas de psicopatologia com a avaliação de transgressões morais no domínio da Pureza/Santidade ou ao nojo.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo encontramos algumas limitações e potencialidades. As limitações prendem-se, sobretudo, com a vasta literatura acerca do assunto, a homogeneidade da amostra, e a falta de um instrumento para comprovar o sucesso da indução emocional.

Houve também um conjunto de dados qualitativos recolhidos (justificações para as respostas dos participantes) que não foram analisados para o presente estudo, e que poderão no futuro servir de suporte para mais investigação. Este estudo coloca também algumas hipóteses a desenvolver em estudos futuros como a relação entre os juízos morais e a psicopatologia ou a relação entre a transgressão no domínio moral da Justiça/Reciprocidade e as emoções.

Conclusões

Em suma, o nosso estudo não encontrou evidências para a ligação entre o nojo e os juízos morais. Não se confirmou a hipótese de amplificação, uma vez que não detetamos qualquer efeito da condição emocional sobre a severidade dos juízos morais. Também não

encontramos evidência da hipótese de moralização, pois não houve alterações na avaliação da transgressão convencional em função da condição emocional. Por outro lado encontramos evidências de que o domínio da Pureza/Santidade se trata de uma 2.^a ordem do domínio do Dano/Cuidado.

Referências

- Avramova, Y., & Inbar, Y. (2013). Emotion and moral judgement. *WIREs Cognitive Science*, 4, 169-178. doi:10.1002/wcs.1216
- Bonanno, G., Goorin, L., & Coifman, K. (2008). Sadness and grief. In M. Lewis, J. Haviland-Jones, & L. Barrett (Eds). *Handbook of emotions* (3.^a Ed.) (pp. 797- 810). New York. Guilford Press.
- Canavarro, M. (1995). Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) Uma revisão crítica dos estudos realizados em Portugal. In Simões, M., Machado, C., Gonçalves, M., & Almeida, L. (Coords). *Avaliação Psicológica Instrumentos Validados Para a População Portuguesa (Vol. III)*. Coimbra. Quarteto.
- Chapman, A., & Anderson, A. (2014). Trait physical disgust is related to moral judgements outside of purity domain. *Emotion*, 14, 341-348. doi:10.1037/a0035120
- Ferreira-Santos, F., Martins, E., Sousa, P., & Mauro, C. (2011). Escala de Sensibilidade ao Nojo-Revista, versões Português de Portugal (DS-R-pt) e Português do Brasil (DS-R-br). LabReport 4. Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Retirado de http://www.fpce.up.pt/labpsi/data_files/09labreports/LabReport_4.pdf
- Garcia, A., & Ostrosky-Solís, F. (2006). From morality to moral emotions. *International Journal of Psychology*, 41, 348-354. doi:10.1080/00207590500345898
- Graham, J., Nosek, B, Haidt, J., Iyer, R., Koleva, S. & Ditto, P. (2011). Mapping the Moral Domain. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101, 366-385. doi:10.1037/a0021847

- Gubbins, E., & Byrne, R. (2014). Dual processes of Emotion and reason in judgement about moral dilemmas. *Thinking & Reasoning*, 2, 245-268.
doi:10.1080/13546783.2013.877400
- Haidt, J. (2007). The new synthesis in moral psychology. *Science*, 316, 998-1002.
doi:10.1126/science.1137651
- Haidt, J. (2008). Morality. *Perspectives on Psychological Science*. 3, 65-72.
doi:10.1111/j.1467-9280.2005.01614.x
- Han, S., Lerner, J., & Keltner, D. (2007). Feelings and Consumer Decision Making: The Appraisal – Tendency Framework. *Journal of Consumer Psychology*, 17, 158-168. doi:10.1016/S1057-7408(07)70023-2
- Landy, J. & Goodwin, G. (2015). Does incidental disgust amplify moral Judgment? A meta-analytic review of experimental evidence. *Perspectives on Psychological Science*, 10, 518-536. doi:10.1177/1745691615583128
- Lang, P., Bradley, M., & Cuthbert, B. (2008). International affective picture system (IAPS): Affective ratings of pictures and instruction manual. Technical Report A-8. University of Florida, Gainesville, FL.
- Pipa, F., Sousa, P., Ferreira-Santos, F., & Mauro, C. (2013). Juízos morais e emoções: Um estudo através da Tarefa Moral Convencional revista e ampliada. *Atas do III Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Aveiro. Universidade de Aveiro. Retirado de http://www.viiisnip2013.com/livro_atas.pdf
- Royzman, E. & Sabini, J. (2001). Something it takes to be an emotion: The interesting case of disgust. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 31, 29-59.
doi:10.1177/1745691615583128

- Royzman, E., Leeman, R., & Baron, J. (2009). Unsentimental ethics: towards a content-specific account of the moral-conventional distinction. *Cognition*, *112*, 159-174. doi:10.1016/j.cognition.2009.04.004
- Rozin, P., Haidt, J., & McCauley, C. (2008). Disgust. In M. Lewis, J. Haviland-Jones & L. Barrett (Eds). *Handbook of emotions* (3.^a Ed.) (pp. 757-776). New York. Guilford Press.
- Sander, D. (2013). Models of emotion: The affective neuroscience approach. In J. Armory & P. Vuilleumier (Eds). *The Cambridge handbook of human affective neuroscience*. (pp. 5-53). Cambridge. Cambridge University Press.
- Schnall, S., Benton, J. & Harvey, S. (2008). With a clean conscience, cleanliness reduces the severity of moral judgements. *Psychological Science*, *19*, 1219-1222
- Strongman, K. (2003). *The psychology of emotions*. West Sussex. John Wiley & Sons.
- Sousa, P. (2009). On testing the “Moral Law”. *Mind & Language*, *24*, 209-234. doi:10.1111/j.1468-0017.2008.01360.x
- Turiel, E. (1983) *The development of social knowledge – morality & convention*. New York. Cambridge University Press.
- Wheatley, T., & Haidt, J. (2005). Hypnotic disgust makes moral judgements more severe. *American Psychological Society*, *16-10*, 780-784.

Anexo A

Condição Nojo

Imagem A-Imagem do IAPS: 9300

Imagine que tem de colocar a mão na sanita representada nesta imagem, para ir buscar um objeto importante que caiu no fundo da mesma. Olhe para a imagem enquanto imagina esta situação e descreva o que sentiria quando a sua própria mão nua entra no líquido pastoso e avança até ao fundo da sanita.

Imagem B-Imagem do IAPS: 3261

Imagine que está a dar apoio a uma população carenciada e tem que fazer uma palpação com as mãos nuas no tumor representado na imagem. Quando toca no tumor sente que algumas partes são duras, semelhantes a crostas, e outras são moles e húmidas, libertando líquido e pus. Olhe para a imagem enquanto imagina esta situação e descreva o que sentiria enquanto efetuava a palpação com as suas mãos nuas.

Imagem C-Imagem do IAPS: 9301

Imagine que, na sequência de uma catástrofe natural, ficou preso/a há três dias no cubículo da imagem. Para sobreviver decide que tem de beber a água que está na sanita (a água corrente está cortada). Com as mãos em concha pega num pouco de água da superfície e leva-a à boca. Olhe para a imagem enquanto imagina esta situação e descreva o que sentiria quando a água entra na sua boca e bebesse.

Condição Tristeza

Imagem A-Imagem do IAPS: 3350

Género Feminino - Imagine que está grávida e que você e o seu companheiro sofrem um acidente de viação. Na sequência do acidente, entra em trabalho de parto, e o seu filho nasce prematuro e sofre de uma doença grave. Está a lutar pela vida, mas os médicos preveem que não vá resistir. Devido a gravidade do acidente, a pai do seu filho acabou por falecer. Olhe para a imagem e imagine que é a mãe do bebé, acabou de perder o seu marido e o cenário mais provável é que também perca o seu filho. Descreva como se sentiria.

Gênero Masculino - Imagine que a sua companheira está grávida e que na sequência de um parto de emergência, o seu filho nasce prematuro e sofre de uma doença grave. Está a lutar pela vida, mas os médicos preveem que não vá resistir. Devido a complicações durante o parto, a mãe do seu filho acabou por falecer. Olhe para a imagem, e imagine que é o pai do bebé, acabou de perder a sua mulher e o cenário mais provável é que também perca o seu filho. Descreva como se sentia.

Imagem B-Imagem do IAPS: 3230

Imagine que a pessoa que está a ver na imagem é o seu pai. Este sofre de uma doença terminal, já não é autónomo, necessita de cuidados diários e só uma máquina permite que ele esteja vivo. Esta situação arrasta-se por vários anos e os médicos sugerem que a máquina seja desligada. Olhe para a imagem e imagine que se vai despedir para sempre do seu pai, descreva como se sente.

Imagem C-Imagem do IAPS: 9415

Imagine que, na sequência de uma guerra, depois de inúmeros ataques perdeu a casa em que vivia, perdeu o rasto da sua família e dos seus amigos e é obrigado a abandonar o seu país. Não sabe bem para onde vai, sabe sim, que tudo o que construiu durante a vida é deixado para trás. Olhe para a imagem enquanto imagina esta situação e descreva o que sentiria se fosse uma das pessoas ferida que vê nas imagens.

Condição Neutra

Imagem A-Imagem do IAPS: 7705

Descreva uma atividade que realiza diariamente.

Imagem B-Imagem do IAPS: 7010

Descreva uma atividade que tenha realizado hoje, antes de sair de casa.

Imagem B-Imagem do IAPS: 7059

Descreva como se costuma deslocar entre casa e o local de trabalho/ estudo.

Anexo B

Cenário 1 - Transgressão Moral no Domínio Moral do Dano/Cuidado

Evandro está zangado com o seu vizinho por este estar a realizar uma festa barulhenta que não o deixa dormir. Evandro vai até à casa do vizinho, dá um tiro na perna do vizinho e vai-se embora.

Cenário 2 - Transgressão Moral no Domínio Moral da Justiça/Reciprocidade

João é dono de um pequeno negócio. Para melhorar ligeiramente os resultados do seu negócio, João altera os números de algumas transações comerciais ao preencher os seus formulários de impostos.

Cenário 3 - Transgressão Moral no Domínio Moral da Pureza/Santidade-Público

Paulo vai ao supermercado e compra uma galinha morta. Leva-a para casa e tem relações sexuais com ela no seu quintal, onde os vizinhos o podem ver. Depois deita a galinha fora.

Cenário 4 - Transgressão Moral no Domínio Moral da Pureza/Santidade-Privado

Júlio e Ricardo são namorados. Um dia, estão sozinhos numa praia isolada e tiram as suas roupas e praticam análingus mútuo (uma prática sexual na qual um pessoa estimula oralmente o ânus do seu/sua parceiro/a).

Cenário 5 - Transgressão Convencional

Um dia, Roberto veste-se com as roupas da sua mulher e vai para o trabalho, para o escritório da empresa financeira na qual trabalha.